

CAMPANHA SALARIAL 2016

ASSEMBLEIA GERAL APROVA PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL

Metalúrgicos de Cachoeirinha vão recuperar as perdas salariais ainda neste semestre



Assembleia geral realizada
na sexta-feira, 19 de agosto

Veja mais informações na página 2

Em assembleia geral decisiva realizada na noite da sexta-feira, 19 de agosto, os metalúrgicos de Cachoeirinha presentes avaliaram e aprovaram por unanimidade a proposta de reajuste salarial, colocando um fim na campanha salarial deste ano.

Assim, a categoria metalúrgica de nossa base recupera as perdas inflacionárias acumuladas entre maio de 2015 e abril deste ano, ou seja, 9,83%. O reajuste, porém, será parcelado em três vezes, dentro deste semestre:

- Em 1º/05/2016: 4% sobre os salários de outubro/2015 (mês do último reajuste), até o limite de salários de R\$ 4.850,30;

- Em 1º/09/2016: 5% sobre os salários de outubro/2015, ou seja, aplicação do percentual que completa

os 5% (0,09615384%), até o limite de salários de R\$ 4.896,94;

- Em 1º/12/2016: 9,83% sobre os salários de outubro/2015, ou seja, aplicação do percentual que completa os 9,83% (4,6%), até o limite de salários de R\$ 5.189,82.

Cabe ressaltar que a adoção de limites de salários para os reajustes é uma imposição exclusiva do sindicato patronal para o fechamento do acordo coletivo. Os patrões alegam que trabalhadores/as que recebem salários acima destes limites são funcionários/as “cargos de confiança”, para os quais adotarão outra política de reajuste salarial. Historicamente, nosso sindicato defende reajustes igualitários para todos os/as trabalhadores/as da base, independente dos salários recebidos e das funções que ocupam.

EDITORIAL

A direção do sindicato e a maioria da categoria metalúrgica entende que o acordo para a nova Convenção Coletiva deste ano foi satisfatório. Se por um lado o reajuste foi parcelado, por outro se recuperou as perdas salariais (9,83%). Se por um lado não houve avanços em cláusulas não-salariais, por outro impediu-se a exclusão ou a flexibilização de importantes avanços conquistados ao longo de muitos anos de luta em convenções coletivas passadas. Outro fator considerado foi a conjuntura econômica do país, que fez com que as dificuldades de negociação e de mobilização da categoria fossem enormes. Mesmo assim, em muitas empresas, os/as trabalhadores/as mostraram disposição pra lutar contra os retrocessos que os patrões tentaram impor nesta campanha salarial.

CAMPANHA SALARIAL 2016

Nova Convenção Coletiva terá valorização do piso salarial e manutenção das cláusulas sociais

Para o piso salarial da categoria, serão aplicados os mesmos percentuais conquistados no reajuste salarial. Portanto, retroativamente a maio, o piso para trabalhadores/as efetivados/as (após 90 dias) passa a valer R\$ 1.163,80 por mês (R\$ 5,29 por hora); em setembro, R\$ 1.177,00 por mês (R\$ 5,35 por hora); e em dezembro, R\$ 1.232,00 por mês (R\$ 5,60 por hora).

Para aqueles que foram contratados recentemente (primeiros 90 dias), o piso inicial em maio passa a valer R\$ 1.090,68 por mês; em setembro, R\$ 1.101,17 por mês; e em dezembro, R\$ 1.151,82 por mês.

Para os aprendizes, o piso será de R\$ 880,00 mensais (R\$ 4,00 por hora) e nunca poderá ser inferior ao salário mínimo nacional.

DIFERENÇAS SALARIAIS

As diferenças salariais decorrentes do reajuste retroativo a 1º de maio, serão pagas na folha de pagamento de agosto. Caso a empresa não consiga incluir na folha deste mês, deve pagar as diferenças salaria-

is impreterivelmente na folha de pagamento de setembro.

Fique atento/a, confira seu contracheque e procure o sindicato caso identifique algum erro.

DEMAIS CLÁUSULAS

Para aprovar a proposta patronal acima, os trabalhadores e trabalhadoras presentes na assembleia geral consideraram o fato de os patrões terem desistido de propor a retirada ou flexibilização de avanços conquistados pela categoria ao longo de muitos anos de luta nas convenções coletivas. Também consideraram a não retirada da base de Cachoeirinha das negociações do Estado, que reúne outros 17 sindicatos metalúrgicos e a Federação dos Metalúrgicos do RS. Portanto, ficam mantidas e inalteradas todas as cláusulas sociais da Convenção Coletiva passada.

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Na assembleia geral do dia 19 de agosto, foi aprovada a contribuição negocial de 4%, a ser descontada em 2 vezes: 2% em

setembro e 2% em dezembro, ambos descontos limitado ao valor de R\$ 155,76. Também foi aprovado o desconto de 0,8% em novembro para o Fundo Solidário, com limite máximo de R\$ 41,54.

Por fim, foram aprovadas as datas de oposição ao desconto assistencial. Democraticamente, conforme prevê a convenção coletiva, os trabalhadores e trabalhadoras não-associados, munidos de identidade e CPF, podem manifestar oposição à esta contribuição negocial nos seguintes dias, local e horários: Dias 12, 13, 14, 15 e 16 de setembro, na sede do sindicato em Cachoeirinha (Av. Fernando Ferrari, 136 - Bairro Regina), das 8h às 18 horas.

Cabe sempre ressaltar que a contribuição negocial é cobrada apenas daqueles trabalhadores e trabalhadoras que, embora sejam beneficiados com os reajustes e avanços conquistados, não contribuem financeiramente para sustentar a luta. Ou seja, os associados que pagam as mensalidades e os demais companheiros e companheiras que contribuem com o confederativo, não pagam esta contribuição.

Atenção: Quem estuda tem mais benefícios

A nova Convenção Coletiva de Trabalho privilegia os/as trabalhadores/as que estudam. A "ajuda de custo ao estudante" e o "auxílio formação profissional" determinam valores que aliviam o bolso daqueles que investem no seu futuro educacional e profissional.

A cláusula que trata da Ajuda de Custo ao Estudante determina para os trabalhadores/as efetivados, com salários de até R\$ 4.928,00, um valor equivalente a R\$ 1.232,00, a ser pago em duas parcelas iguais. A primeira até mais tardar **30 de setembro** e a segunda, até 30 de novembro.

A cláusula que trata do Auxílio Formação Profissional determina para trabalhadores com mais de 180 dias no emprego e que frequentam regularmente cursos profissionalizantes um ressarcimento de 50% das despesas com inscrição e mensalidades, até um limite total e anual no valor de R\$ 1.232,00.

Se você é estudante, fique atento/a aos prazos, encaminhamentos e documentações necessárias para comprovar o estudo (matrícula, frequência, valores etc). Em caso de dúvidas, procure nosso sindicato.

Mobilizações nas fábricas foram fundamentais

Mais uma vez as mobilizações nas fábricas foram consideradas como fundamentais para a conquista de um acordo satisfatório. O sindicato esteve em várias fábricas da categoria (veja algumas delas nas fotos) nas frias manhãs deste inverno e encontrou muita disposição de luta e participação de todos os metalúrgicos. «Certamente, isso mexeu com a mesa de negociações. Os patrões sentiram o grau de insatisfação dos trabalhadores e trabalhadoras e entenderam que a principal reivindicação deveria ser respeitada, que era a reposição da inflação nos salários», resumiu Marcos Muller, vice-presidente.

As mobilizações também contribuíram para que os patrões desistissem da proposta de excluir ou flexibilizar 16 cláusulas importantes da Convenção Coletiva, conquistada ao longo de muitos anos de luta, e tirar a base de Cachoeirinha da mesa de negociações estadual dos metalúrgicos.



Acorda, peão! Estão metendo a mão nos seus direitos e você tem que reagir

Você não ouve no rádio, não vê na TV ou nos jornais, mas o governo golpista de Michel Temer e a maioria dos deputados e senadores que o apóiam estão tramando, com a ajuda da mídia, o maior golpe nos direitos dos trabalhadores de toda a história. Depois não vai dizer que a gente não o avisou!

Saiba o que o governo golpista e a maioria dos deputados e senadores estão tramando contra você

Terceirização sem limites PLC 30/2015

Esse projeto já passou na Câmara e está no Senado. O governo golpista de Temer já se comprometeu com os patrões para agilizar a votação. Se aprovado, vai permitir que uma empresa terceirize todos os seus serviços, sem exceção. As empresas metalúrgicas, por exemplo, vão poder terceirizar todas as funções de produção hoje consideradas como atividade-fim. As escolas vão poder terceirizar os professores, os hospi-



tais terceirizar os serviços médicos e por aí vai. E todos sabemos que os terceirizados recebem menos, trabalham mais e quase não têm direitos e benefícios. Vai ser o inferno para os trabalhadores e o paraíso para os patrões. A terceirização escraviza, mutila e mata!

Trabalho de crianças - PEC 18/2011

Este projeto traz retrocesso à Constituição de 1988. Reduz a idade de trabalho dos jovens para 14 anos de idade. Hoje, a idade mínima é 16 anos. Vejam só o que os golpistas querem: que o povo trabalhador se aposente apenas quanto tiver 70 anos, mas que comece a trabalhar com 14 anos! Eles querem cada vez mais gente no mercado de trabalho para explorar ainda mais a classe trabalhadora.

Ataque a salários e empregos PLP 257/2016

Trata do refinanciamento das dívidas dos Esta-

dos e Municípios com a União e prevê, entre outras coisas, a redução em até 30% dos gastos com servidores públicos, a implementação de programas de desligamento voluntário e licença incentivada de servidores e empregados que representem redução de despesa e a não concessão de aumento de remuneração dos servidores a qualquer título. O projeto também prevê a suspensão da política de aumento real do Salário Mínimo, que melhorou muito a vida de toda a classe trabalhadora e dos aposentados.

Retirada de direitos consagrados PLP 51/2007 / PLS 550/2015

Prevê a extinção da contribuição social ao FGTS (multa de 10%) pago pelo empregador no caso de demissão sem justa causa. É menos recursos para investimentos sociais, como a moradia, por exemplo.

Mais sucateamento da educação e da saúde pública - PEC 241/2016

Altera a Constituição para congelar os gastos públicos durante 20 anos, corrigindo apenas pela inflação, sem novos investimentos. Com isso os serviços públicos (educação e saúde, por exemplo) ficarão muito piores e o dinheiro economizado será usado para pagamento da dívida pública. Ou seja, vão tirar do povo para entregar aos bancos. Querem que você pague o pato! Se a proposta valesse desde 2006, por exemplo, o país teria deixado de investir mais de R\$ 500 bilhões em Saúde e Educação.

Sem direitos - PL 948/2011 e PL 7549/2014

Impede o empregado demitido de reclamar seus direitos na Justiça do Trabalho. O projeto diz que a homologação da rescisão será "causa impeditiva para o ajuizamento de reclamação trabalhista".

Flexibilização de direitos trabalhistas - PL 450/2015

Cria o Simples Trabalhista com o objetivo de flexibilizar os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas, reduzir os encargos e custos da contratação, mediante acordo ou convenção coletiva específica ou, ainda, por negociação direta entre empregado e empregador, que terão prevalência sobre qualquer norma legal. Será um grande retrocesso nas relações de trabalho porque flexibiliza e cria condições para precarizar os direitos da classe trabalhadora, especialmente em momentos de retração da economia.

Representação, fora! PL 8294/2014

Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador, sem a participação do sindicato, ou seja, você negociando seus direitos diretamente com o patrão, sem o sindicato. Sabe quem vai perder? Claro que é você!

E tem muito mais. No total são 55 projetos de lei que ferram o trabalhador e tiram direitos históricos, conquistados com muita luta. Esses projetos rasgam a CLT. Isso é um golpe contra os trabalhadores!

Patrões, governo e seus aliados querem que os/as trabalhadores/as morram trabalhando!

Negociado sobre legislado. Você sabe o que é isso?

Trata-se do Projeto de Lei 4193/2012, em tramitação no Congresso, que acaba com os direitos trabalhistas garantidos pela CLT. Esse projeto permite que o negociado entre patrão e o empregado esteja acima da lei. Adivinhem quem vai sair ganhando com esta "negociação"? Isso quer dizer que podem reduzir horário de almoço e aumentar a jornada de trabalho, reduzir salários, acabar com o 13º salário, com as férias e outros direitos.



Mas a maldade não para por aí. A proposta prevê o fim dos aumentos reais das aposentadorias para quem ganha salário mínimo e o fim do repasse integral da inflação para quem ganha mais de um salário mínimo. Todos esses reajustes automáticos, que começaram no governo Lula e continuaram no governo Dilma, vão acabar. Quer mais? Pela proposta deles, você só vai poder sacar o seu FGTS quando se aposentar. E a mídia, aliada de Temer, mente descaradamente ao falar em rombo da Previdência Social. Tratam a Previdência de forma isolada e não dentro do sistema da Seguridade Social, conforme prevê a Constituição, e escondem que a Seguridade tem dinheiro suficiente para bancar as aposentadorias. Mais uma vez querem que os trabalhadores paguem o pato!

Aposentadoria: Mais uma paulada no lombo dos trabalhadores

O golpista Temer (que se aposentou com 55 anos) quer instituir a idade mínima de 65 anos para aposentadoria, igualando homens e mulheres (hoje as mulheres se aposentam com 60 anos) e ir aumentando até a idade mínima ser de 70 anos, acabando, inclusive, com as aposentadorias especiais, como de professores e trabalhadores rurais, prejudicando principalmente os mais pobres, que chegam ao mercado de trabalho muito cedo. Muitos morrerão antes de se aposentar.

União, organização e luta!

A única forma que os trabalhadores têm para enfrentar esses ataques do governo golpista é se unindo. A luta de uma categoria de forma isolada não vai conseguir impor derrota a uma política de desmonte de direitos trabalhistas que atingem a todos. É necessária a organização de todos os trabalhadores, de todas as categorias para barrar esses ataques que estão em curso. A classe trabalhadora não pode mais uma vez pagar o pato. Por isso, não podemos descartar a possibilidade de se construir uma greve geral forte em todo o país.

Discuta isso com seus colegas de trabalho, procure o sindicato, organize-se. Só assim os trabalhadores serão ouvidos.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

CUT denuncia golpe nos direitos em ato na Fiergs

A CUT-RS rebateu as provocações dos empresários, defendeu a CLT e a Justiça do Trabalho, protestou contra a reforma da Previdência, denunciou o golpe nos direitos e apontou a necessidade de construção da greve geral durante o ato estadual unificado das centrais sindicais realizado na manhã da terça-feira, 16 de agosto, em frente à Fiergs, em Porto Alegre.

A atividade marcou no RS o Dia Nacional de Luta e Mobilização da Classe Trabalhadora, aprovada em assembleia nacional das centrais ocorrida no dia 26 de julho, em São Paulo. Houve também mobilizações em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal.

Mais de mil trabalhadores e trabalhadoras participaram da mobilização, com manifestações de dirigentes sindicais e palavras de ordem, destacando-se “Fora Temer”. Não faltaram bandeiras, faixas e banners com imagens



de patos, ironizando o pato amarelo da Fiesp, usado pelos empresários para enganar a população a apoiar o golpe do impeachment. Uma armação de isopor, papel e canos de plástico, com o desenho do pato e grafia dos principais ataques dos golpistas permaneceu em cima do caminhão de som e, no encerramento do ato, foi retirado e queimado no chão aos gritos de “Fora Temer”, como forma de repudiar as medidas defendidas pelos empresários.

O ato contrapôs a vergonhosa provocação da Fiergs, que instalou um enorme banner na frente do pátio dizendo que os mais de 11 milhões de desempregados gostariam da “modernização das leis trabalhistas” para gerar mais empregos e criticando a CLT por ser uma legislação ultrapassada, ignorando que eles próprios, os empresários, que causaram esses

milhões de desempregos.

No final do ato o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, defendeu a construção de uma greve geral e a conscientização maior da população. “Essa nossa agenda de lutas só vai funcionar se a gente conseguir desalienar a classe trabalhadora, que ainda está impactada pela manipulação da grande mídia que todos os dias mostra a pauta dos patrões”, concluiu.

A CUT nacional decidiu fazer um ato contra o golpe e em defesa da democracia no dia 29 de agosto. Para o presidente nacional da entidade, Vagner Freitas, o golpe aprofundou ainda mais a crise política e econômica no Brasil, pois a inflação, os juros e o desemprego subiram e o governo interino não tem propostas. Pra piorar a situação, quer mexer nos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários do povo.

INFORME ECONÔMICO

TRABALHADOR ASSALARIADO / INSS

Contribuição (R\$)	Alíquota
-Até R\$ 1.556,94	8%
-De R\$ 1.556,95 até R\$ 2.594,92	9%
-De R\$ 2.594,93 até R\$ 5.189,82	11%

PISO METALÚRGICO - Maio/2016

-Piso admissional	R\$ 1.090,68
-Piso após 90 dias	R\$ 1.163,80

PISO REP. DE VEÍCULOS - Maio/2016

-Piso:	R\$ 1.293,60
-Aprendiz e borracheiro:	R\$ 1.155,00

PISO MÁQUINAS AGRÍCOLAS - Maio/2015

-Piso:	R\$ 1.224,20
--------	--------------

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

- R\$ 880,00

PISO REGIONAL RS

- De R\$ 1.103,66 a R\$ 1.398,65.

SALÁRIO FAMÍLIA

Até R\$ 806,80	R\$ 41,37 por filho
De R\$ 806,81 a R\$ 1.212,64	R\$ 29,16 por filho
Acima de R\$ 1.212,64	Não tem direito

IMPOSTO DE RENDA - Tabela para 2016

Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.903,98	-	-
R\$ 1.903,99 até 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
R\$ 2.826,66 até 3.751,05	15%	R\$ 354,80
R\$ 3.751,06 até 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36
Dedução por dependente:		R\$ 187,80

PARCELA EXCLUSIVA PARA PLR

Valor da PLR anual	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 6.677,57	-	-
R\$ 6.677,58 até 9.922,27	7,5%	R\$ 500,82
R\$ 9.922,28 até 13.166,99	15%	R\$ 1.244,99
R\$ 13.167,00 até 16.380,37	22,5%	R\$ 2.232,51
Acima de R\$ 16.380,37	27,5%	R\$ 3.051,53

AUXÍLIO-CRECHE

A partir de 1º/09/2016, reembolso de R\$ 245,07 por filho, por um período de 18 meses, a contar do retorno do auxílio-maternidade. O benefício é válido apenas nas empresas com, no mínimo, 15 empregadas, desde que estas empresas não possuam creche própria ou convênio com creches particulares, em condições mais favoráveis.

FÁBRICAS

MAHLER: trabalhadores reivindicam fim de punições por atraso

A Mahler difere da maioria das outras empresas da categoria, que pelo menos dão chance para seus empregados apresentarem os motivos pelos quais eventualmente chegam atrasados. Boa parte delas até estabelecem um período de tolerância semanal ou mensal, sem punição e sem o desconto do DSR (domingo), porque entendem que eventuais e breves atrasos devem ser avaliados e, conforme o caso, relevados. Afinal, a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras não se atrasa porque quer ou porque acha bonito. Porém, a direção da Mahler, além de não dialogar, adota a advertência como punição para quem chega atrasado. O patrão não está nem aí se o trânsito

estava congestionado porque choveu demais ou porque aconteceu algum acidente, não está nem aí se o ônibus atrasou ou nem passou no ponto, não está nem aí se o trabalhador teve que levar um filho ao médico. Enfim, não está nem aí pra nenhuma situação ou desculpa que o trabalhador tentou lhe comunicar.

Diante desta realidade, a pedido de trabalhadores que se sentiram injustiçados pelo rigor adotado na Mahler, o sindicato está tentando negociar a abertura de mais diálogo com a direção da empresa, o fim das punições por eventuais atrasos e uma alternativa às advertências dadas, como estabelecer um período de tolerância, por exemplo.

FALLGATTER: empresa denunciada por reconstrução irregular

Como se não bastassem as denúncias relacionadas aos maus tratos e a pressão exercida por algumas chefias contra subordinados, a Fallgatter foi denunciada por demitir e reconstratar os mesmos funcionários em outras funções e com salários mais baixos.

Desta forma, segundo as denúncias, a empresa estaria usurpando o princípio legal da irredutibilidade de salários e descumprindo a Convenção Coletiva de Trabalho que impõe restrições à este tipo de reconstrução irregular porque, além de rebaixar trabalhadores e salários, impõe, via rotatividade de pessoal, um arrocho que diminui a massa salarial da

categoria, reduz custos para o patrão e eleva a margem de lucro de sua empresa. “A Fallgatter se aproveita desta conjuntura de desemprego pra adotar mais este mecanismo de arrocho salarial e de lucro às custas da desgraça de seus colaboradores, que acabam se submetendo porque precisam do emprego para sustentar suas famílias”, disse o denunciante.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Cachoeirinha vai tentar identificar os casos, orientar os trabalhadores sobre seus direitos salariais e reivindicar junto à direção da empresa o fim deste tipo de reconstrução irregular.

EXPEDIENTE

O jornal FOLHA METALÚRGICA é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Cachoeirinha.
Endereço: Rua Fernando Ferrari, nº 136 - Bairro Regina - Cachoeirinha/RS - CEP: 94.935-170 - Fone: 3041.1303
Presidente: Jairo Santos Silva Carneiro - Vice-presidente: Marcos Fernando Muller - Secretário de Imprensa: Alceu Siqueira - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. nº 8658) e Sarah Lima - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.